

Ano XX nº 5866 – 02 agosto de 2018

Bancos enrolam e proposta será apresentada no dia 07

Dirigentes sindicais bancários de todo o Brasil se deslocaram para São Paulo, ontem, dia 1º/08, com a expectativa de receber e debater a proposta que a Fenaban havia se comprometido a apresentar para a Campanha Nacional Unificada 2018. Os bancos, no entanto, não cumpriram o compromisso e anunciaram que uma proposta global, inclusive com índice de reajuste, será apresentada na próxima rodada de negociação marcada para o próximo dia 07/08.

Na mesa, a Fenaban não apresentou nenhuma proposta à reivindicação dos bancários de aumento real de 5% no salário e outras verbas com a mesma natureza. Ficou para a próxima semana também a definição sobre a Participação nos Lucros e Resultados. O Comando ressaltou a diminuição do percentual dos ganhos distribuídos desde a conquista da PLR em 1995, quando era de 14% dos resultados. Isto foi caindo com o tempo mesmo com a diminuição do número de bancários e aumento espetacular dos lucros, o que é uma contradição. Os bancos foram evasivos e disseram que querem dedicar este ano à preservação da cláusula, tendo como parâmetro a regra atual.

A Fenaban não deu resposta também sobre o 14º salário. Disse até que o bancário já tem muitos benefícios e que não tem sentido mais este. Negou-se também a adotar o valor do salário de ingresso sugerido pelos bancários, sob a alegação de que está acima da média do mercado tanto em valor, quanto em jornada. Disseram não também ao Plano de Cargos e Salários, alegando risco à gestão das empresas. Como se não bastasse tanta enrolação, os bancos agora estão alegando problemas com a Procuradoria da Receita Federal, por causa dos auxílios e das cestas refeição e alimentação. Disseram que estão tendo que pagar muitos tributos também por causa das duas parcelas da PLR, que são pagas em anos fiscais diferentes. O Comando sugeriu que as organizações financeiras usassem a mesma influência que tiveram para ajudar a aprovar tão rápido a reforma trabalhista, para mudar a legislação tributária e resolver o problema.

No final, os bancos ficaram de avaliar o parcelamento do adiantamento das férias e o auxílio educação. No caso do vale cultura, eles alegam o fim do programa de incentivo do governo federal para acabar com o benefício, argumento inválido, diante da lucratividade dos bancos.

Não houve avanço também nas questões envolvendo igualdade de oportunidades. A Fenaban prometeu apenas estudar a proposta de fazer um censo sobre o assunto, envolvendo inclusive o problema do assédio sexual no setor bancário.

Brasil tem 65,6 milhões de pessoas de fora do mercado

A lista dos efeitos perversos do golpe de 2016 não para de crescer. Algo que nunca tinha sido visto antes é que o Brasil possui 65,6 milhões de pessoas que não trabalham e desistiram de procurar emprego.

O IBGE qualifica a situação como "desalento". O índice de pessoas que ingressaram nesse grupo elevou em 1,2% entre o primeiro e o segundo trimestre do ano. Ou seja, são mais 774 mil trabalhadores.

Cresce também o número de pessoas na informalidade. Entre abril e junho, o número chegou a 37,1 milhões de pessoas, crescimento de 2,3% ante o mesmo período do ano anterior. Ainda, segundo a Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), 40% dos trabalhadores do país (37 milhões) estão no mercado informal, em posições como trabalho no setor privado sem carteira assinada, trabalhador doméstico sem carteira, empregador sem CNPJ e trabalhador por conta própria sem CNPJ. Entre abril e junho deste ano, houve queda de 1,5% nos assalariados com carteira assinada, chegando em 32,8 milhões. Também caiu por terra o discurso de Temer que sem o peso dos encargos trabalhistas, a remuneração do trabalhador seria mais alta. Só que o empregado informal ganha menos da metade do que o que tem carteira assinada. Quem trabalha na informalidade no setor privado recebeu R\$ 1.313,00 ou 62% dos R\$ 2.099,00 que os com carteira ganhou no trimestre encerrado em junho.

ANS revoga resolução de franquia e coparticipação

Após duras críticas das entidades de defesa do consumidor e também sindicais, a ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar) revogou a resolução normativa 433 que estabelecia parâmetros para a cobrança de franquia e coparticipação em planos de saúde.

A medida que foi revogada liminarmente pela ministra do STF Cármen Lúcia, determinava que as operadoras de plano de saúde poderiam cobrar dos clientes até 40% do valor de cada procedimento além da mensalidade, um verdadeiro absurdo que iria restringir a adesão dos usuários. Muitos cancelariam ficando totalmente descobertos, de forma que inflaria ainda mais o SUS (Sistema Único de Saúde).

REUNIÃO GERAL

Atenção diretores(as) do SindBancários Petrópolis, hoje, dia 02 de agosto, tem reunião geral no auditório da entidade .